

8

REPENSANDO A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Vani Moreira Kenski

Retorno ao texto sobre avaliação da aprendizagem que escrevi há mais de 15 anos. É com base nele, retomando as ideias ali apresentadas e dialogando com elas, que quero trabalhar neste momento. Durante todo esse tempo muita coisa mudou, no mundo e na educação. Alterações estruturais que se refletiram em nossas formas de pensar e agir. O desafio de retomar o fio dessa história neste momento é emocionante. É como reatar um diálogo com o passado, lembrando o que pensava na época e como me vejo hoje diante desse mesmo grande desafio da função docente: avaliar a aprendizagem de nossos alunos.

O ato de avaliar e o cotidiano das pessoas

O ato de avaliar está presente em todos os momentos da vida humana. Todos os dias somos obrigados a tomar decisões baseadas em alguns poucos dados de que dispomos. Realizamos, mesmo sem perceber, julgamentos provisórios das situações que acontecem à nossa volta. A fusão de pensamento e ação nos encaminha para alguma decisão: qual o melhor caminho a seguir, o que fazer, para onde ir ou sobre o que escolher.

Vivemos fazendo escolhas, sem um conhecimento mais aprofundado da situação envolvida. Segundo Agnes Heller (1985, p. 44), “(...) em breves lapsos de tempo somos obrigados a realizar atividades tão heterogêneas que não poderíamos viver se nos empenhássemos em fazer com que nossa atividade dependesse de conceitos fundados cientificamente”.

No entanto, esses velozes julgamentos provisórios, que orientam e definem nossos atos e nossas formas de viver o cotidiano, não são, em si, isentos e neutros. Eles nos ensinam. A repercussão da nova ação realizada, fruto de

nossas ponderações, orienta nosso aprendizado. O resultado positivo ou negativo de nosso desempenho nos faz refletir sobre a ação realizada e nos encaminha com mais segurança para enfrentar novos desafios. A reflexão sobre a ação consolida nossas percepções e orienta nossas práticas. Ao fazer uma nova receita de bolo, ao escrever uma resenha sobre um novo livro, ao resolver um problema ou ao falar sobre um determinado assunto para um público desconhecido, a pessoa busca dentro de si os elos com momentos anteriores que se aproximam da situação presente para definir sua ação. Em todos os momentos, mesmo inconscientemente, a pessoa se coloca com suas experiências, seus conhecimentos, suas paixões, a maneira de ver o mundo e os valores com que avalia todas as coisas e todas as outras pessoas que, direta ou indiretamente, estão envolvidas em cada situação. Mesmo assim, cada situação é uma nova situação. Somos sempre renovados, a partir de cada experiência.

Emitimos conceitos e “pré-conceitos”. Fazemos escolhas, definimos prioridades. Tomamos decisões para resolver situações pontuais e também as que vão orientar toda

nossa vida. Dentro do possível, escolhemos, por exemplo, as profissões e o tipo de trabalho que vamos fazer. Escolhemos, selecionamos e avaliamos os amigos e as demais pessoas. Estabelecemos critérios para definir o que é bom, válido, útil, necessário, o que vale ou não a pena. A hora de parar e a de continuar, com nossos estudos, trabalhos, relacionamentos. Viver é estar permanentemente em tempo de avaliação.

Mas o que é essa avaliação a que me refiro? É um momento de reflexão e de tomada de decisões. A avaliação cotidiana exige permanente resposta. Articulação entre pensamento, ponderação e ação. A avaliação implica a existência de um processo anterior – do qual cada momento é resultante – e de um produto, um resultado que, dialeticamente, encaminha a pessoa para novos procedimentos. Essa tomada de decisão reflete muito mais do que a simples escolha pessoal, antes, reflete considerações estruturais e históricas da pessoa. Assumidas como verdades pontuais, essas “avaliações” se alteram ou não, de acordo com as reações manifestadas pelas condições do ambiente e do grupo social com o qual nos relacionamos.

Ao fazer um juízo visando a qualquer tomada

de decisão, colocamos em funcionamento o pensamento, os sentidos, nossa capacidade intelectual, nossas habilidades, sentimentos, paixões, ideias e ideologias. Nessas reflexões estão implícitas não só nossas idiossincrasias, mas também os condicionamentos sociais, políticos, econômicos, culturais e o contexto em que cada situação ocorre.

A escolha da profissão, por exemplo. Ser professor. Não é uma escolha do acaso, mas envolve muitas reflexões e ponderações até a tomada de decisão. Com base na avaliação pessoal e social, escolhemos uma carreira entre tantas outras. Essa é uma decisão que vai se refletir não apenas na nossa própria vida, mas na de muitas outras pessoas: família, amigos, futuros alunos...

Nessa realidade profissional, novos juízos acontecem. Que tipo de professor pretendemos ser? Se a opção for a de ser um bom professor, cada um de nós – você e eu – já tem articulado em seu pensamento o que vem a ser isso. Acredito que, neste caso, por exemplo, você vai se esforçar permanentemente para alcançar e manter aquele comportamento ideal de perfeição docente, que foi sendo construído

intelectualmente (com base em todos os estudos e leituras que você já fez sobre o tema), socialmente (nas relações com professores que você considerou bons) e mediante todas as demais variáveis que vão orientar a construção dessa sua imagem de bom profissional.

No entanto, para ser avaliado como bom professor, não dependemos apenas de nossa visão idealizada e de nossa autoavaliação. Muitas outras coisas vão estar em jogo. A avaliação do bom profissional depende de várias condições e de critérios específicos que transcendem o próprio julgamento da pessoa envolvida. Nem sempre o julgamento que você faz de seu desempenho é semelhante às formas como seus colegas, chefes, alunos e familiares veem seu trabalho. Aspectos diferenciados, objetivos até divergentes, empatia ou oposições de propósitos orientam o olhar e o julgamento para identificar o que é bom ou não no desempenho do “outro”. O pior em todo esse processo é que não ficam claros, para quem é avaliado, os critérios e as condições considerados por seus avaliadores para julgá-lo como bom ou mau profissional. Certamente, se as evidências consideradas na avaliação fossem explicitadas para a pessoa

avaliada, ela teria melhores condições de explicar, se defender ou mesmo compreender o que é considerado pelos *outros* como seus pontos fortes e fracos.

Avaliar e ser avaliado como bom professor são julgamentos baseados em óticas, posições e opiniões diferentes, mas dizem de seu desempenho. O olhar dos que avaliam vai estar voltado para as manifestações apresentadas por sua ação. São avaliações que se refletem não apenas em sua forma de atuar profissionalmente, mas em toda sua vida e na vida de todos os que, de alguma forma, forem marcados por sua presença. Considerar-se e ser considerado como um bom professor aumenta sua autoestima, sua satisfação, e impulsiona sua vontade de ser cada dia melhor.

O professor é o profissional que tem como uma de suas competências a obrigação de emitir juízos sobre o desempenho de muitos “outros”: os seus alunos. O seu julgamento sobre cada um de seus alunos reflete integralmente no desempenho de cada um. Ignorando isso, o professor realiza a “avaliação” sem se preocupar com a perspectiva e o esforço do aluno, mas considerando apenas a maneira como o aluno corresponde às suas

expectativas, em relação ao desempenho dele. O que é certo ou não, o que o aluno sabe sobre determinado assunto, é *avaliado* com base na ótica, na opinião e no posicionamento do docente, nem sempre muito claros para quem está sendo avaliado.

O que significa, por exemplo, o aluno tirar nota cinco (em dez) na prova construída pelo professor? Essa nota representa que o aluno não estudou? Ou não entendeu parte do que foi pedido na prova? Ou a prova privilegiou algum aspecto específico do conteúdo que o aluno não entendeu bem? O que representa a nota desse aluno no contexto geral da turma? E das demais turmas da mesma série?

E, mais importante ainda, o que representa essa nota no processo geral de avaliação da aprendizagem de cada aluno? De todos os alunos? O que o professor vai fazer considerando essa nota, todas as notas, para garantir o ideal de aprendizagem desse aluno, de todos os seus alunos?

O que representa esse momento pontual na vida desse professor e desse aluno? Que alterações de rumo serão necessárias para se chegar ao objetivo final da relação pedagógica

estabelecida entre essas pessoas, ou seja, a garantia da melhor aprendizagem possível?

No cotidiano do bom professor, a avaliação transcende a sala de aula e se instala como procedimento permanente de investigação. Avaliar o outro – o aluno, o aprendiz – é também avaliar-se e se abrir aos mesmos questionamentos feitos aos seus alunos. Envolve um exercício permanente e uma averiguação constante. As pessoas mudam e, para ser sempre um bom professor, é preciso se adequar permanentemente às novas realidades, aos novos alunos, às novas exigências educacionais.

O ato de avaliar no cotidiano da sala de aula

Ao assumirmos que o ato de avaliar se faz presente em todos os momentos da vida humana, estamos admitindo que ele também está presente em todos os momentos vividos em sala de aula. O

dia a dia da sala de aula é um rico momento do cotidiano de cada uma das pessoas que ali se encontram. Na atualidade, a sala de aula é um dos raros espaços onde as pessoas se encontram fisicamente presentes para realizarem atividades em comum e se ajudarem mutuamente a aprender.

A avaliação se transforma, assim, em dinâmica que orienta a prática. Como processo de investigação permanente, todas as atividades devem ser discutidas, planejadas, executadas e servir de impulso para novas realizações. O processo avaliativo percorre como fio condutor e propulsor cada um desses momentos de interação professor-alunos e conteúdos a serem trabalhados pedagogicamente.

Na interação proporcionada pelas atividades pedagógicas, alunos e professores avaliam tudo e todos, permanentemente. São formulados juízos provisórios que orientam a tomada de decisões e a definição das tarefas e atividades a serem realizadas, como a participação em um projeto, a melhor utilização do ambiente da sala de aula ou os questionamentos sobre determinado assunto, que podem resultar em vários desdobramentos de projetos e de pesquisas individuais ou

coletivas. Essas definições, julgamentos e reorientações de percurso fazem parte de um processo que vai resultar, de alguma forma, no objetivo principal da ação do docente: a aprendizagem do aluno. Portanto, é preciso ter consciência de que avaliar essa aprendizagem é uma ação que começa bem antes, no início da interação didática, e prossegue como energia circulante durante todo o processo de aprendizagem.

Avaliar a aprendizagem. Mas que aprendizagem?

O aluno procura uma escola para aprender. Esse é o primeiro princípio para a necessidade de haver escolas e professores: garantir que os alunos aprendam o que é definido socialmente para a formação de bons profissionais e bons cidadãos. Socialmente, a escola legitima essa aprendizagem do aluno ao emitir certificados que

definem seus desempenhos. Portanto, a escola funciona articulando os anseios pessoais dos alunos com as expectativas da sociedade na formação de cidadãos intelectualmente competentes e socialmente participativos. Nesse sentido, as atividades feitas em grupos, a distribuição dos alunos em turmas e todas as ações coletivas realizadas no âmbito da escola visam mais do que simplesmente informar e fornecer competências intelectuais.

Nesse contexto, aprender significa dominar os conhecimentos sobre determinados assuntos e saber utilizar esses conhecimentos para os mais diversos objetivos e nas mais variadas situações. Significa saber trabalhar individualmente e em grupos utilizando o conhecimento como matéria-prima para novas realizações.

Portanto, avaliar a aprendizagem significa mais do que conferir ou aferir o índice de respostas corretas dadas pelos alunos em relação a questões previamente definidas pelo professor-examinador. Avaliar a aprendizagem de cada aluno, de todos os alunos, é refletir permanentemente sobre as finalidades e os objetivos do que vem sendo trabalhado, experimentado e vivenciado, no cotidiano das

aulas, e as formas como cada aluno, cada grupo de alunos e o professor ou os professores envolvidos vêm atuando e contribuindo para a superação dos desafios de aprendizagem de todos.

O ato de avaliar e o projeto pedagógico da escola

O processo de avaliação das aprendizagens dos alunos tem de refletir não apenas o exame dos conteúdos trabalhados em sala de aula, mas aspectos mais abrangentes, ligados à formação do cidadão. Em vez de corresponder somente ao desempenho do aluno em uma determinada disciplina, o processo de avaliação discente articula-se ao projeto pedagógico da escola e aos objetivos educacionais que se apresentam como missão da instituição de ensino.

Na atualidade, as instituições escolares de todos os níveis não se veem mais como sistemas

isolados. A utilização das múltiplas formas de interação e comunicação, via tecnologias digitais de comunicação e informação, amplia as áreas de atuação das escolas colocando-as em um plano de intercâmbios e de cooperação internacional real, com instituições educacionais, culturais e outras que sejam de seu interesse.

Essas novas possibilidades educacionais trazem desafios para a definição do projeto pedagógico da escola, como, por exemplo, a necessidade de reformulação e atualização permanentes dos currículos, assim como a compatibilização dos conteúdos entre as instituições parceiras. Força a definição das esferas de influência e de articulações entre as diferentes instituições e a necessidade de autonomia para que cada *estabelecimento de ensino* possa tomar decisões e definir procedimentos para o desenvolvimento de seus projetos educacionais em parcerias com outros estabelecimentos, nacionais e estrangeiros.

Nesse complexo e veloz processo de articulação de valores, comportamentos, habilidades e conteúdos a serem trabalhados pedagogicamente pelos professores e alunos, torna-se de extrema responsabilidade definir os

objetivos que funcionarão como guias para o processo avaliativo.

O professor deve estar sempre se questionando sobre os objetivos do trabalho que está realizando com seus alunos. Se esses objetivos correspondem não apenas às diretrizes definidas coletivamente no projeto pedagógico, mas, principalmente, às expectativas, aos interesses e às necessidades educacionais dos alunos em um mundo em permanente transformação.

Uma educação entendida como um processo que busque o fortalecimento das pessoas, visando ao autoconhecimento, ao posicionamento crítico diante da realidade social e à autonomia na busca do conhecimento. Que lhes garanta o fortalecimento de suas identidades – individual e grupal – e a luta pela transformação da sociedade para o oferecimento de maiores e melhores condições de vida e bem-estar para todos.

Nas atividades cotidianas em sala de aula, o bom professor vai se preocupar em ir além da transmissão de sua visão particular sobre determinado conteúdo. Sua preocupação será a de estimular o aluno a trabalhar com os conhecimentos disponíveis nos mais

diferenciados meios, para superar desafios de forma crítica e criativa.

O intenso uso das novas mídias digitais altera as relações interpessoais e com o conhecimento. Este, disponível nas grandes bases de dados informacionais, pode ser acessado a qualquer momento, por qualquer pessoa, independentemente de conhecimentos prévios para compreender o que está sendo informado. A informação acessada é matéria bruta que precisa ser trabalhada didaticamente nos ambientes educacionais. Nessa nova realidade, o professor não é mais o provedor das informações, mas o articulador e o organizador das atividades, para que os alunos possam aproveitar ao máximo as informações disponíveis e, nesses exercícios, irem além das informações, aprendendo, produzindo, construindo, criticando e avaliando as informações disponíveis.

Em um mundo que muda rapidamente, o professor deve estar preparado para auxiliar seus alunos a lidarem com estas *inovações*, a analisarem situações complexas e inesperadas; a desenvolverem sua criatividade; a utilizarem

outros tipos de “racionalidades”: a imaginação criadora, a sensibilidade tátil, visual e auditiva, entre outras. (Kenski 1998)

Nesse novo contexto, o aluno terá participação dinâmica na realização das situações propostas para sua aprendizagem e de seus companheiros. No esforço para a realização de cada desafio, estarão em jogo seus conhecimentos anteriormente adquiridos, sua experiência, seus sentimentos, seus valores, suas habilidades, suas competências, sua inspiração criadora e tudo o mais que, de certa forma, todos devem usar ao elaborarem suas avaliações provisórias na vida cotidiana. No caso específico da situação de ensino, todas essas energias serão orientadas para a superação de desafios voltados para a aquisição e a produção de conhecimentos, valendo-se da imensa quantidade de informações disponíveis nas múltiplas mídias digitais e nos espaços de informação da atualidade.

Cabe aos professores, nesse contexto, maiores competências do que a simples transmissão do conteúdo a ser trabalhado nas situações de ensino. Ao contrário, seu papel, no ato de

ensinar/aprender, é o de partilhar, com outros professores e estudantes, os recursos materiais e informacionais de que dispõem para que, juntos, possam estabelecer alguma ordem, ainda que efêmera, no meio de tantas informações disponíveis. Estabelecer uma cartografia de saberes, valores, pensamentos e atitudes a partir da qual possam instigar criticamente seus conhecimentos e os de seus alunos, indo além, em busca do novo.

A avaliação da aprendizagem em um projeto educativo

As atividades desencadeadas no processo de aprendizagem não são estanques nem isoladas. Elas fazem parte de um processo contínuo e devem ser avaliadas progressivamente, durante todo o tempo. O processo de avaliação é parte integrante e substantiva do processo de ensino-

aprendizagem. Ocorre em todos os momentos, durante a realização das atividades criativas, dinâmicas e questionadoras, que necessitam de reflexão, pesquisa e frequentes tomadas de decisões.

Assim, a avaliação da aprendizagem requer novas posturas do professor, ativo, participante e atento aos questionamentos e comportamentos dos alunos. Um professor responsável pelo estabelecimento de um clima favorável à participação de todos, com liberdade para que os alunos possam apresentar suas dúvidas, manifestar suas inquietações e incompreensões, sugerir caminhos alternativos para a realização de atividades, comprometendo-se com sua própria aprendizagem e com a de todos os demais participantes do processo.

É nas relações cotidianas estabelecidas entre professores e alunos que vai se dar a aprendizagem. As informações obtidas nas mais diversificadas fontes – dentro e fora do ambiente de aprendizagem – precisam ser dispostas, apresentadas, discutidas e trabalhadas pelo grupo de alunos e professores para alcançarem novos objetivos de aprendizagem.

Nessa relação dinâmica de levantamento de

informações, de discussão, crítica, reelaboração e construção de novos conhecimentos, em que professor e alunos participam de todo o processo, não há sentido para uma forma de avaliação que não seja processual e da qual todos os envolvidos não participem ativamente. A interação entre todos propicia condições de auto e heteroavaliações, assim como a necessidade de permanente avaliação do próprio processo de ensino-aprendizagem.

O professor deve procurar observar e verificar o desempenho e a aprendizagem dos alunos não apenas por meio de uma prova ou um teste apresentado ao final do curso ou de cada unidade. Não é também pela solicitação de pesquisas, resenhas ou monografias descontextualizadas do processo desencadeado pela disciplina que vai se aferir a aprendizagem dos alunos.

As atividades individuais ou grupais, sejam elas testes, pesquisas, buscas, sínteses ou qualquer outro procedimento similar, só se apresentam com sua força, colaborando para a aprendizagem, quando seus resultados são apresentados, debatidos, questionados e (re)trabalhados no coletivo formado pelo grupo

de alunos e professor.

Parceiros na dinâmica da sala de aula, ou em qualquer outro ambiente de aprendizagem, professores e alunos devem participar de todo o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, de avaliação. Nesses processos se incluem não apenas as avaliações das aprendizagens dos alunos, mas as condições existentes para que elas possam ser estimuladas. Assim, são avaliadas as propostas teórico-metodológicas de ensino, o acesso e a adequação dos meios disponíveis para que as atividades possam ser realizadas (sejam eles livros, filmes, computadores, Internet, como também as possibilidades de uso de laboratórios, as visitas, entrevistas com especialistas etc.) de acordo com as especificidades do conteúdo e dos objetivos educacionais em questão.

No caso específico de cursos de formação de professores e em todos os cursos de atualização de docentes – avaliadores de tantos outros alunos –, os objetivos vão além do conhecimento teórico sobre o assunto. Torna-se da maior importância que se multipliquem as ocasiões de os alunos se situarem de diferentes maneiras como avaliadores de si mesmos e dos outros. Nesses

cursos o exercício da autoavaliação deve ser uma prática comum a todas as disciplinas. É na reflexão intensiva sobre sua própria prática e seu desempenho e no estímulo para a explicitação e o confronto de suas avaliações com as dos demais alunos e professores (conhecendo, inclusive, os critérios de julgamento utilizados por todos), que o aluno-professor e/ou o futuro professor vão se apropriando da complexidade do julgamento avaliativo.

O essencial não é que o aluno chegue a um consenso sobre seu desempenho ou o desempenho dos demais participantes que ele também avaliou e que esse consenso seja definido por uma nota ou menção. O importante é que o aluno compreenda a multiplicidade de fatores que envolvem um processo decisório como a avaliação. Que esses resultados possam ser utilizados para reorientar o processo de ensino-aprendizagem, definindo o que pode ser melhorado, o que deve ser mantido ou o que precisa ser excluído.

A possibilidade que o aluno tem de envolvimento com a própria avaliação de seu desempenho e dos demais colegas, do processo e de todas as demais condições estabelecidas para a

aprendizagem, vai ser contribuição decisiva para sua formação como avaliador, ação inerente à sua função de professor.

Nesse caminho, é importante que os estudantes participem da construção de uma proposta de avaliação (ou pelo menos tenham conhecimento dela) com o conjunto de evidências, por meio da qual serão observados seus desempenhos na disciplina. Essas evidências formam um conjunto revisável, temporário e diferenciado de critérios para a avaliação do desempenho dos alunos na realização das atividades propostas na disciplina. Tendo claro em que perspectiva está sendo observado e o que se espera de seu desempenho, o aluno terá (todos os alunos terão) melhores condições de mostrar seus conhecimentos e suas habilidades.

Em princípio, o ponto de partida para a criação de uma proposta de avaliação deve ser tarefa do professor, que vai orientá-la de acordo com os objetivos gerais do projeto pedagógico e os objetivos específicos de sua disciplina nesse contexto. Não sendo uma proposta fechada, à medida que o processo for se desenvolvendo, ela pode ser alterada, com a colaboração dos alunos.

Uma das preocupações na apresentação desses

indicadores aos alunos é tornar claras para eles as formas perante as quais deverão ser avaliados em suas aprendizagens, reduzindo a ansiedade e as expectativas em relação aos “fantasmas da avaliação”.

Essas formas de trabalhar com a avaliação não excluem e nem impedem a conotação subjetiva que está presente também em todas as demais formas de avaliação, mesmo nas que são tradicionalmente chamadas de provas ou testes “objetivos”. Como procedimento, não vão levar a diferenças significativas se forem utilizadas unicamente com o intuito de atribuir notas para o desempenho dos alunos, pelo professor. Para que esse instrumento possa colaborar em um processo de avaliação preocupado em oferecer maiores e melhores condições e oportunidades de aprendizagem aos alunos, é preciso que ele seja pensado como uma contribuição, um desvelamento das regras e das formas individuais e subjetivas com que o professor normalmente avalia alunos que, em muitos casos, ele nem conhece, esquecendo que eles também são pessoas.

Como nos diz Chantal Cambronne (1987, pp. 39-40), “(...) avaliamos o aluno hoje com os

controles, as notas, os Conselhos de Classe (...) e esquecemos os seus tempos mortos, os momentos de depressão, os bloqueios e os ‘estalos’, seu amadurecimento (...) esquecemos que, como nós, ele é uma pessoa, uma pessoa total, com suas inquietações e dores, seus entusiasmos e suas fugas, seus bons e maus dias. Nós julgamos, felicitamos, condenamos (...) e eu participo de tudo isso, como os companheiros. Mas isto não me agrada. E eu sofro. E isto me desgasta...” .

A avaliação só encontra sentido no processo amplo da educação quando é pensada, planejada e executada tendo como objetivo auxiliar essas pessoas, sejam elas professores e/ou alunos, a aprender mais e melhor, a reorientar seus caminhos, suas formas de estudar e de lidar com os conhecimentos, esclarecendo e apresentando as fragilidades e potencialidades de cada um em relação a determinado tipo de conhecimento. Como indícios, as muitas formas de avaliação precisam ser compreendidas, analisadas, explicitadas e delimitadas em sua visão parcial sobre o julgamento do desempenho e da aprendizagem do “outro”.

A avaliação da aprendizagem precisa ser permanentemente *avaliada*.

Referências bibliográficas

CAMBRONNE, Chantal (1987). “Si j’étais raisonnable...”. *Cahiers Pédagogiques*, nº 256. Paris, pp. 39-40.

HELLER, Agnes (1985). *O cotidiano e a história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 44.

KENSKI, Vani M. (1998). “A profissão do professor em um mundo em rede: Exigências de hoje, tendências e construção do amanhã. Professores, o futuro é hoje”. *Revista Tecnologia Educacional*, vol. 26, nº 143. Rio de Janeiro: ABT/Senac.